

clássicas

Editoras: Marcia Rangel Candido
e Verônica Toste Daflon

v.6, n.11, 2017 (IESP-UERJ)



ENSAIOS SOBRE A AMÉRICA LATINA

“As noivas de Satã”: misoginia e bruxaria no Brasil colonial

Por Carolina Rocha

O grito de independência das mulheres latino-americanas

Por Lília Macêdo

ENTREVISTAS

Bila Sorj

Socióloga e pioneira nos estudos de gênero no Brasil

Hebe Vessuri

Antropóloga e especialista em estudos sociais sobre a ciência na América Latina

RESENHAS E CRÍTICAS

“União Operária”, de Flora Tristán

Por Felipe da Silva Santos

“Calibã e a Bruxa”, de Silva Federici

Por Mariane Silva Reghim

AUTORAS CLÁSSICAS

Aleksandra Kollontai || Charlote Perkins Gilman || Clara Zetkin || Flora Tristán || Harriet Martineau || Harriet Taylor Mill || Mary Wollstonecraft || Nísia Floresta || Olympe de Gouges || Simone de Beauvoir || Sojourner Truth || Virgínia Woolf || e mais

TEXTOS POR

Anita Guerra || Lorena Marina dos Santos Miguel || Lolita Guerra || Luna Campos || Nicole Midori Korus || Teresa Soter || Vaneza de Azevedo

clássicas

editoras

Marcia Rangel Candido
Verônica Toste Daflon

assistente editorial

Mariane Silva Reghim

projeto gráfico

Ana Bolshaw

ilustração de capa

Sophia Pinheiro

autoras

Anita Guerra
Carolina Rocha Silva
Felipe da Silva Santos
Lília Maria Silva Macêdo
Lolita Guerra
Lorena Miguel
Luna Campos
Mariane Silva Reghim
Nicole Midori Korus
Teresa Soter Henriques
Vaneza de Azevedo

comitê editorial

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ)
Anna Carolin Venturini, IESP/UERJ
Felipe Munhoz de Albuquerque, IESP/
UERJ
Leonardo Nóbrega da Silva, IIESP/UERJ
Marcelo Borel, IESP/UERJ
Marcia Candido, IESP/UERJ
Marina Rute Pacheco, IESP/UERJ
Mariane Silva Reghim, IESP/UERJ
Natália Leão, IESP/UERJ
Raul Nunes de Oliveira, IESP/UERJ

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos

Dossiê especial "Clássicas", v.6, n.11, 2017.

ISSN 2238-3425

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
(IESP)

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro (UERJ)

Rua da Matriz 82, Rio de Janeiro - RJ

Índice

apresentação

MARCIA RANGEL CANDIDO E VERÔNICA TOSTE DAFLON _____ 6

entrevistas

BILA SORJ: SOCIOLOGA E PIONEIRA DOS ESTUDOS DE GÊNERO
NO BRASIL
POR MARCIA RANGEL CANDIDO E VERÔNICA TOSTE DAFLON _____ 8

HEBE VESSURI: ANTROPÓLOGA E ESPECIALISTA EM ESTUDOS
SOCIAIS SOBRE A CIÊNCIA NA AMÉRICA LATINA
POR MARCIA RANGEL CANDIDO E VERÔNICA TOSTE DAFLON _____ 10

clássicas

HARRIET MARTINEAU: A CONTRIBUIÇÃO ESQUECIDA DA PRIMEIRA
SOCIOLOGA
LORENA MARINA DOS SANTOS MIGUEL _____ 16

ALGUMAS NOTAS DE PESQUISA SOBRE FLORA TRISTAN:
FEMINISMO, SOCIALISMO E VIAGENS
LUNA CAMPOS _____ 30

GÊNERO, RACIONALIDADE E ESCRITA EM "O PAPEL DE PAREDE
AMARELO", DE CHARLOTTE PERKINS GILMAN
TERESA SOTER _____ 40

UMA BRASILEIRA ILUSTRE: NÍSIA FLORESTA E A LUTA POR LIBERDADE
E DIREITOS
VANEZA DE AZEVEDO _____ 52

artigos e ensaios

O QUE É UMA MULHER? VERSÕES E CONTRAVERSÕES DO
ESSENCIALISMO FEMININO
ANITA GUERRA _____ 58

"AS NOIVAS DE SATÃ": MISOGINIA E BRUXARIA NO BRASIL COLONIAL
CAROLINA ROCHA _____ 68

O GRITO DE INDEPENDÊNCIA DAS MULHERES LATINOAMERICANAS
LÍLIA MACÊDO _____ 80

"MÃE!" (2017) E O MITO DA MULHER ETERNA
LOLITA GUERRA _____ 90

RETOMANDO O DEBATE IGUALDADE VS. DIFERENÇA A PARTIR DE
AUTORAS CLÁSSICAS: UM ARGUMENTO INTERMEDIÁRIO
NICOLE MIDORI KORUS _____ 110

resenhas e críticas

"UNIÃO OPERÁRIA", DE FLORA TRISTÁN
FELIPE DA SILVA SANTOS _____ 124

"CALIBÃ E A BRUXA: MULHERES, CORPO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA",
DE SILVIA FEDERICI
MARIANE SILVA REGHIM _____ 130

Apresentação

Em 1883, nas primeiras linhas de seu ensaio clássico “A mulher como inventora” (Woman as an inventor), Matilda Joslyn Gage chamou atenção para como era comum a alegação que as mulheres não possuíam atributos intelectuais criativos e que não eram capazes de realizar contribuições originais e úteis à vida social. Ciente de que essa afirmação era usada para justificar a invisibilização e o não reconhecimento do trabalho intelectual e criativo das mulheres, Gage a confrontou com extrema perspicácia: além de resgatar grandes feitos femininos em campos como a ciência, a tecnologia, a literatura, as artes, mostrando que nada na constituição biológica das mulheres as tornava inferiores aos homens, ela também descreveu os fatores estruturais que faziam das mulheres uma parcela minoritária entre os inventores, artistas, cientistas etc de prestígio.

Para tal, mencionou aspectos como a legislação social, a subordinação feminina dentro da família e do casamento, a dificuldade de acesso à educação, entre outros. Passado pouco mais de um século da publicação desse texto, a necessidade de recuperar as reflexões e invenções das mulheres ainda persiste. Na escola, pouco se fala de cientistas e pensadoras do gênero feminino. É comum que estudantes de grandes áreas das ciências humanas concluam suas graduações, mestrados e doutorados sem

serem apresentadas(os) a nenhuma autora clássica.

Esta revista é resultado de um esforço coletivo profundamente identificado com a indignação que moveu Gage em 1883: retomar o passado, contestar o presente e modificar o futuro. No primeiro semestre do ano de 2017, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ) foi cenário de debates, apresentações e aprendizados na disciplina “Gênero na Teoria Social e Política Clássica”.

Nos debruçamos sobre o trabalho de autoras pouco estimadas em nossos círculos e a cada leitura nos surpreendemos com o seu pioneirismo, a engenhosidade das suas análises sobre conjunturas políticas e sociais, e sobretudo nos espantamos com a exclusão injustificável das suas contribuições do cânone da sociologia, filosofia, história, ciência política etc. Com o intuito de ir além dos limites das salas de aula e dar continuidade à difusão desses trabalhos, apresentamos nessas páginas artigos produzidos pelas(os) alunas(os) do curso, bem como colaborações de pesquisadoras convidadas. Esperamos que o contato com essas autoras clássicas provoque nas(os) leitoras(es) o mesmo prazer da descoberta e o deleite intelectual que tivemos ao estudar e

lecionar sobre elas. Agradecemos às muitas mãos que se uniram ao nosso esforço: as autoras e autores dos textos dessa coletânea, as entrevistadas, a artista Sophia Pinheiro, responsável pela ilustração que compõe a nossa capa e a designer Ana Bolshaw, idealizadora do projeto gráfico.

**Marcia Rangel Candido e
Verônica Toste Daflon**

Retomando o debate igualdade vs. diferença a partir de autoras clássicas: um argumento intermediário

Nicole Midori Korus

resumo

Este trabalho retoma o debate entre igualdade e diferença a partir de uma perspectiva de gênero, sob uma abordagem em que se considera a ambivalência da posição de autoras clássicas. Ao enfatizar a materialidade em seus discursos, buscarei argumentar que essa ambivalência pode ser útil ao feminismo como ferramenta de estratégia retórica, empregada com a finalidade de interpelar as mulheres como grupo social historicamente situado.

palavras-chave

Estudos de gênero; igualdade; diferença; teoria política clássica

A partir de uma perspectiva de gênero como categoria de análise (Scott, 1995), é possível verificar que o conceito do que é “mulher” encontra-se em disputa entre as várias vertentes dos estudos contemporâneos. Embora as convenções de feminilidade e masculinidade sejam construções sociais, é importante reconhecer, por um lado, a incompletude destas construções e, por outro, compreender que a forma como elas são articuladas sempre corresponde às necessidades e aos contextos de sua conjectura social e política.

Parte-se, neste trabalho, da premissa de que se a diferença dos sexos é construída e reconstruída culturalmente, na história e na relação efetiva das mulheres, é na experiência dessa relação material que reside a expectativa de emancipação política, social e identitária da mulher. Por esse motivo, o feminismo crítico deve resistir à tentativa de se construir um modelo epistemológico que promova um sujeito global e abstrato – uma “mulher” única. Recupera-se Simone de Beauvoir (1906-1986) quando afirma que “não se nasce mulher, torna-se”, significando que “mulher” em si mesmo é um termo em processo, uma categoria não originária e não finalizada.

Considerando que isso é inferido diretamente no debate essencialismo vs. antiessencialismo, igualdade vs. diferença,

urge uma análise acerca das formas como as quais essas categorias foram e estão sendo utilizadas pelas teóricas feministas. Ainda que estas perspectivas coincidam em aceitar que a neutralidade valorativa seja uma falácia histórica e filosófica, elas se diferenciam quanto às propostas políticas – sobretudo quando vistas sob a égide de seus determinados contextos.

Se, como salienta Joan Scott, a diferença sexual foi o ponto de partida para a exclusão das mulheres do processo democrático, foi essa mesma diferença que fora reivindicada como condição precípua de igualdade. Essa ambiguidade de propósitos é tão forte que, ainda hoje, as feministas se dividem entre reafirmar a diferença ou lutar para reduzi-la, minimizá-la, ou até se possível suprimi-la (Frota, 2012).

Conforme os escritos de teóricas como Mary Wollstonecraft (1759-1797), e Olympe de Gouges (1748-1793), a narrativa clássica do feminismo origina-se a partir de uma ambivalência entre os princípios iluministas saudados pela Revolução Francesa e o contexto social em voga à época. As bandeiras levantadas de liberdade, igualdade, fraternidade, racionalidade e objetividade possuíam um caráter meramente pretense de universalidade. Em um contexto em que as mulheres ainda eram estritamente

veiculadas ao domínio doméstico, renegadas ao acesso à educação e à vida pública, o ideal desta universalidade limitou-se ao gênero masculino – construído como o racional, o político, o objetivo. Por isso, a formulação ambígua de razão instrumental relegou à esfera da abstração o sujeito de direitos a que a Declaração de 1789 se referiu. Diante desse quadro, houve uma insurgência das mulheres como *grupo*, a fim de questionar essa universalidade e se pensarem como parte do corpo político social.

Se a base estratégica das primeiras autoras clássicas a discutir a reivindicação dos direitos das mulheres leva a uma interpelação pela coletividade feminina através do discurso pela igualdade, procurarei demonstrar, ao longo deste trabalho, como esse discurso revelou-se uma retórica estrategicamente informada a fim de garantir visibilidade em meios até então unicamente masculinos. Considerando que, atualmente, ainda há alguma tensão entre os enfoques essencialista e antiessencialista dentro do movimento feminista, podemos encontrar tanto as raízes desta tensão quanto suas possíveis saídas com base nos textos destas autoras. Para isso, se seguirá o argumento de Joan Scott, no sentido de que posicionar os conceitos de igualdade e diferença em polos opostos significa perder o ponto de suas interconexões, enquanto reconhecer e manter uma tensão necessária

entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados (Scott, 2005).

Desta forma, trabalhar-se-á na chave de que o reconhecimento de diferenças sempre se fez presente, mas muitas vezes fora utilizado justamente para evidenciar que as diferenças meramente biológicas não são confiáveis para perfazer os papéis diferenciados forjados às mulheres. Outras versões no emprego dessa retórica, a partir da perspectiva das autoras socialistas Clara Zetkin (1857-1933) e Flora Tristán (1803-1844) serão trabalhadas, para então concluir que, no contexto atual de dissipação do sujeito dentro das estruturas da linguagem, tão em voga nos círculos pós-modernos (Costa, 2002), a construção de positivities ou negatividades femininas com base na sua experiência *material* situada deve caminhar em conjunto com a materialidade de seu discurso – contextualizado e coletivo.

O debate

A obra “Reivindicação dos direitos das mulheres”, publicada em 1792 por Wollstonecraft, é um marco para a primeira fase do feminismo e se constitui na primeira elaboração sistemática das

reflexões acerca da opressão sofrida pelas mulheres. A autora foi uma das primeiras escritoras reconhecidas em vida e possui um pensamento transgressor e libertário tanto em relação a sua época quanto a feministas posteriores. Seus principais pleitos eram corolários da razão iluminista: demandava autonomia e educação às mulheres, igualdade no casamento e enfatizava a importância do trabalho reprodutivo. Um ano antes, de Gouges publicara a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, indicando, com os argumentos levantados pela Revolução Francesa, que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em verdade, não concedia direitos às mulheres e que o “homem” sozinho não representaria a humanidade.

Na mesma linha, Harriet Taylor Mill (1807–1858) foi pioneira em articular uma ideia acerca de construção de gênero em “Enfranchisement of Women”, de 1851. Posteriormente, a compilação de escritos da autora com os de John Stuart Mill acerca da questão feminina resultou no livro “Essays on Sex Equality”. Demonstra a autora que há uma série de interesses impostos e modeladores da personalidade feminina a partir da reimpressão contínua de estereótipos que projetam a subordinação. Há, portanto, uma matriz de assimetria insidiosa no que se concebe às relações de poder dentro das

relações de gênero que ocorre no espaço de intimidade e reverberaram na exclusão da mulher do espaço público e político. As características até então tidas como “essenciais” da mulher, como passividade, sensibilidade e irracionalidade acabaram por limitar a esfera feminina ao âmbito privado.

Na construção do pensamento moderno, o racional exige a imparcialidade e, ao passo em que essa imparcialidade exige a separação entre razão moral, afetividade e sensibilidade (valores designados como femininos), uma consequência da expulsão do cuidado e do sentimento da razão moral foi taxá-los de irracionais e inferiores (Hita, 1998). A ideia do discurso pela igualdade foi justamente a de des-diferenciar as esferas da justiça e o reino pessoal doméstico a fim de incorporar no seu mesmo nível de definição de racionalidade universal os aspectos objetivos e afetivos. Argumentou-se neste sentido que, seguindo o princípio de que a razão permeia todos os seres humanos, uma concepção de razão normativa não deve se impor a uma parcialidade da espécie, sobretudo com base no questionamento ao pressuposto de que essa mesma razão deva ser universal (Wollstonecraft, 2015; de Gouges, 2008).

Ao pluralizar o que era singular, Wollstonecraft, de Gouges e Mill buscaram enfatizar a igualdade entre os sexos,

elencando o acesso à educação, a igualdade no casamento, o direito ao voto e a reconexão da vida privada das mulheres ao que é esperado delas na vida pública como elementos centrais de seus argumentos (Scott, 1989). De forma similar foi o ponto da militante abolicionista Sojourner Truth (1797-1883), em seu discurso “Ain’t I a Woman?”, proferido como uma intervenção na Women’s Rights Convention, em 1851. Em uma reunião de clérigos onde se discutiam os direitos das mulheres, Sojourner levantou-se após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens porque seriam frágeis e intelectualmente débeis.

De forma tão coerente quanto radical à época e cada uma a sua maneira, essas mulheres buscaram demonstrar que os obstáculos para a emancipação das mulheres consistiam em obstáculos para a emancipação de toda a humanidade e, a fim de se incluírem nessa universalidade, era necessário pensar o lugar da mulher dentro do novo ideário moderno. Wollstonecraft utilizou-se do ideal de “mães patrióticas” do contexto revolucionário francês em seu benefício: como é possível as mulheres serem as mães esperadas pelo contexto revolucionário se são privadas de educação? Como a humanidade pode desenvolver-se plenamente se a essas mulheres, esposas e mães, não é permitido o desenvolvimento intelectual?

Retificar o ideal de universalidade para que as mulheres fossem incluídas, no entanto, não significava negá-lo. Para as iluministas europeias, bem como para as sufragistas norte-americanas como Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) e Susan B. Anthony (1820-1906), trabalhar numa chave da igualdade limitada à estratégia do discurso foi fundamental para construir uma categoria analítica – mulher – como sujeito de direitos a quem se devia estender o conceito de cidadania. Para essas pensadoras, o golpe fundamental na construção do processo democrático foi a exclusão das mulheres da vida pública, do mercado de trabalho e, por consequência, da representação política. O primeiro passo para a emancipação das mulheres residia na percepção do direito ao voto como grande força niveladora do campo político (Frota, 2012).

Uma análise atenta percebe que essa chave da igualdade gera dois impasses. Em primeiro lugar, a fim de pleitear o sufrágio feminino, era necessário demarcar o grupo a quem esse direito deveria ser, prioritariamente, concedido – as mulheres. Surge o paradoxo, debatido posteriormente por Scott (2005): para essas teóricas da igualdade, as únicas diferenças existentes entre homens e mulheres são as biológico-sexuais, das que não se derivam qualidades inatas distintas entre ambos os sexos (Hita, 1998). Para

questionar a discriminação contra as mulheres, era necessária uma demarcação do grupo “mulheres” para que se pudesse estender o pretense universalismo.

Em segundo, a apreensão das diferenças observáveis entre os sexos como algo artificial já era incipiente e, neste sentido, a igualdade almejada resultaria necessariamente na concepção de que todas as diferenças culturalmente configuradas representariam desigualdade material. Se a diferença implica em desigualdade, seria necessária uma assimilação entre os gêneros, que restaria pensada, inevitavelmente, como identificação ao modelo dominante. Sob o pretexto desse universalismo, a mulher apenas se torna plenamente humana ao tornar-se Homem (Hita, 1998).

Como saída a essa falta de subjetivação feminina, teóricas posteriores levantaram a questão de se o ideal de igualdade se fundaria de fato na assimilação, por mulheres, ao neutro-masculino. Considerando a falácia da imparcialidade, Carol Gilligan e Lucy Irigaray militam sobre a ênfase no elemento sexuado positivo: a diferença entre mulheres e homens existe, ainda que resultado de um histórico de opressões. Essa diferença passou a ser reivindicada como categoria central de análise e na elaboração de estratégias de ação, sobretudo por rejeitar a aspiração à igualdade

entre homens e mulheres. O que se faz necessário é reduzir à parcialidade o elemento masculino considerado como universal e buscar equivalência valorativa (Hita, 1998), outorgando ao feminino um referencial ontológico próprio.

A problemática levantada na perspectiva da chave da diferença é que, ao propor uma valorização do feminino, acaba-se recaindo novamente no binarismo atribuidor de valores e características diferenciadas para cada sexo, o que remonta ao essencialismo que as iluministas lutaram para se desvencilhar. Ou seja, volta-se à possibilidade do status de justificação de opressões a partir da atribuição de características essencialmente femininas estigmatizadas como inferiores, enquanto que, quando se universalizam essas diferenças, obscurecem-se outras possibilidades de homens e mulheres se diferenciarem dos modelos rígidos e estereotipados. Igualmente, seria redutor fundar todas as diferenças na decisão sobre o que é constitutivo do feminino e do masculino, estabelecendo-se uma concepção estática, ainda que diferenciada, da categoria mulher. A luta por categorias sexuadas acabaria por fundar imperativos categóricos determinados pelo gênero (Araujo, 2005), removendo-o de sua articulação história, geográfica e cultural.

Uma posição intermediária

Apresentadas as chaves de igualdade e diferença e seus limites, passa-se a argumentar que a questão a ser colocada não é tanto sobre de qual lado desse debate a tomada de posição seria mais vantajosa, o que seria reduzi-lo a um fator binômico e cindi-lo em polos opostos. A partir do reconhecimento de que existem diferenças biológicas e históricas entre os sexos, deve-se partir para a prerrogativa de manifestá-las e reivindicar o direito a elas sem, no entanto, perder de vista que a escolha política do signo deste produto deve resultar de um ato de vontade coletivo, situado e não de uma simples afirmação ontológica (Hita, 1998).

Se à mulher não foi permitida a condição de sujeito na modernidade, dado que ela já foi definida pelo patriarcado como o lugar do “outro”, positivá-la como signo já é uma forma de transgressão (Costa, 2002). Daí que a insistência quanto a uma especificidade feminina também repousa na tática contra a dissipação dela dentro dos círculos pós-estruturalistas. Dessa forma, o que aparenta um paradoxo – a concomitância entre a positivação de valores e o rechaço de estereótipos – sempre é, em verdade, a base de uma estratégia de mobilização política contextualmente situada.

Tal tática fora, justamente, a utilizada de forma incipiente pelas autoras clássicas, a fim de se construir a autonomia individual feminina a partir de sua coletivização. Se se não analisar a dicotomia igualdade vs. diferença como perspectivas opostas, estáticas, mas como chaves complementares, o aparente paradoxo se aplaca. Enquanto Wollstonecraft, de Gouges, Mill e as sufragistas reconheciam as diferenças (não raras vezes os estereótipos), utilizavam-se dessa retórica para pleitear em nome de um grupo, informando-o que essas diferenças não eram suficientes para promover uma discriminação coletiva. Nesse pleito, o estabelecimento para a unidade analítica do grupo possuía como vertente a opressão feminina, o que significa dizer que, dentre as mulheres pertencentes ao grupo insurgente, não havia diferenciação. Não houve uma convocação prévia ou um questionamento sobre a ontologia feminina conforme características impostas.

Da mesma forma, quando perguntada sobre sua definição do que o feminismo deveria conquistar, a psiquiatra e ativista Madeleine Pelletier (1874-1939) respondeu que ele a auxiliaria a “não ser uma mulher do modo que a sociedade espera”. E mesmo assim, foi como mulher, e em nome do grupo – mulheres –, que Madeleine Pelletier e outras feministas travaram suas batalhas pela igualdade. (Scott, 2005:20).

A formulação ambígua da razão universal cedeu espaço para uma interpelação em que as mulheres passassem a se pensar como grupo social. Se a potência da ação política é mitigada quando unidimensionada no individual, é interessante uma leitura em que importa menos se a categoria mulher resguarda um caráter essencial – ou antiessencial –, e mais com a identificação da mulher com esse coletivo, que se configura como parte de um projeto político maior. Isso porque,

A diferença dos sexos, que foi secularmente substantivada, na prática e na teoria, está colocada em jogo não só de acordo com os deslocamentos impostos pela história mas por um agir que, se é sempre majoritariamente o agir das mulheres — obrigando-as muitas vezes a se movimentarem unilateralmente — é potencialmente e de fato um agir comum. Um coagir onde os atores não estão mais assegurados dos seus papéis, onde nada permite jamais afirmar nem que não existe a diferença entre os sexos nem que existe uma diferença insuperável. Ao contrário, tudo leva a afirmar que não existe e que existe uma diferença, ao mesmo tempo e indistintamente. Assim se efetua a saída de toda a metafísica dos sexos, não pela afirmação de sua indiferença, substituindo a velha afirmação de dois diferentes localizáveis, nem pela determinação de seus novos lugares, mas por

um agir dos diferentes, tais quais eles são aqui e agora. (Hita, 1998:114)

No entanto, o feminismo deve ser político, estratégico e inclusivo. Por isso mesmo, encarar a questão da igualdade vs. diferença como um binarismo antagônico pode levá-lo a duas armadilhas. A primeira consiste em engendrar políticas de identidade baseadas em uma coletividade singular e fechada, que pode ter como corolário o perigo de se cair em um fundamentalismo ou um imperialismo da identidade. Ao priorizar o estritamente “feminino”, recai-se na obstrução das demais opressões estruturais que se encontram imbricadas ao patriarcado, como raça, classe e sexualidade.

Isso porque a possibilidade de transformação não deve ser proposta com base em uma identidade coletiva – e sim, novamente, na forma de identificação (Hita, 1998), que não negue a realidade material de tais especificidades. Desconsiderar essa materialidade reduz o grupo a uma única coletividade, por vezes, inflexível. Tal desconsideração encontra respaldo histórico na relação (inicialmente conflituosa e efetivamente racista *a posteriori*) das sufragistas norte-americanas com a questão da abolição da escravatura (Davis, 2016). Perder de vista a interseccionalidade do feminismo, quando visto como parte de um sistema maior de

opressões, acaba por relegar prejuízos a identidades com pautas de lutas distintas, mas mutuamente entrelaçadas.

A segunda armadilha é o ceticismo nominalista que esvazia o sujeito mulher de sentido e des-diferencia a diferença sexual ao ponto de se levar à negação da história da opressão e resistência política das mulheres e da contribuição epistemológica do feminismo para a redefinição da subjetividade feminina. A aposta pós-moderna de desconstrução total do sujeito teria como consequência um coletivo sem indivíduos, um “feminismo sem mulheres” (Costa, 2002). De diversas formas, esse argumento sustentaria a proposição utilizada para coibir as próprias mulheres de pleitear políticas em favor de um grupo chamado “mulheres”, uma vez que o conceito fragmentado e disperso não seria passível de qualquer generalização.

A fim de comportar as temporalidades e exigências políticas de cada conjectura, friso que, para uma posição intermediária neste debate, insta pensar o feminismo mais como o resultado de lutas materiais e menos como uma consequência da diferenciação ou negação de valores identitários. Conforme vimos nas autoras citadas, as lutas materiais surgem a partir de um devir coletivo, *bottom-up*, contextualmente informado a ocupar novos espaços de forma estratégica. A

infinidade de diferenças de identidade em um grupo tão plural não é algo que poderia ser um dia representado em sua totalidade, bem como não poderia a pluralidade ser singularizada sem um viés de parcialidade.

Para Scott, a ênfase na coletividade engendra uma problemática semelhante ao da essencialização pela diferenciação. Isso porque a identificação com um determinado grupo por um sujeito necessariamente requer a existência de determinados padrões de comportamentos ou características. Na visão dessa autora, tudo o que é social não é, por isso mesmo, “naturalmente” diferenciado (Scott, 2005).

Neste argumento, distancia-se de Scott para retomar o trabalho das teóricas socialistas que, ao visar a combater o patriarcado dentro de um sistema maior, o capitalismo, pleitearam um devir coletivo e não sucumbiram, igualmente, ao antagonismo igualdade vs. diferença, sobretudo ao propor um rearranjo das estruturas sociais como um todo. A ideia aqui é reforçar a imbricação recíproca entre as estruturas de opressão, contra a qual a única solução é a tomada de consciência de forma interseccional, em detrimento de uma visão de grupos formados com base em uma relação de alteridade. A partir do momento em que as diversas vertentes de luta contra as diversas formas

de opressão são vistas com certa equivalência (Hita, 1998) e interconexão, não se incorre na armadilha do essencialismo de um grupo em relação a outro, tal como ocorrido no caso das sufragistas norte-americanas e a questão abolicionista.

Em “A União Operária”, publicado em 1843, Tristán estabelece a prerrogativa de uma união duplamente universal: por seu internacionalismo e pela inclusão das mulheres. De caráter propositivo, tal como o “Manifesto Comunista”, publicado por Marx e Engels em 1848, a autora inicia uma leitura igualitária e progressista do socialismo utópico para então distanciar-se dele e trazer a consciência de classe. Estabelece uma retórica semelhante a de Wollstonecraft, voltando-se para o homem (operário) e argumentando que somente através da emancipação das mulheres operárias será possível a emancipação da classe como um todo. E, ao mesmo tempo em que reforça os atributos da mulher de mãe, esposa e gestora do lar, o faz consciente de que forjar uma universalidade seria mitigar as diferenças sem lidar com elas. Nesse ponto, argumenta que a inferioridade histórica feminina, outrora proclamada como um princípio, não possui validação lógica no novo pensamento moderno. A sua proposta é de promover as diferenças como prerrogativa de conquista de direitos iguais *de fato*, sem particularizar as mulheres.

Clara Zetkin, autora da proposição da celebração do Dia Internacional da Mulher no II Congresso das Mulheres Socialistas em 1910, proferiu o discurso “Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo sairá vitorioso”, em 1896, convidando as mulheres à consciência de classe. Estabelece que, enquanto as mulheres burguesas buscam desenvolver sua individualidade na luta por direitos e contra o patriarcado, as proletárias possuem uma luta distinta, mas mutuamente entrelaçada: com os proletários contra o capitalismo.

A propaganda socialista visava à incorporação das massas e, com o espaço cedido na forma de mão de obra barata para as mulheres na indústria, o que era dirigido a elas foi o fato de serem duplamente impedidas de desenvolver sua individualidade, seja no âmbito da família, seja no trabalho. Novamente, pelo ideal da coletivização, as autoras utilizaram-se da retórica de reforçar que as mulheres precisam de melhores condições, inclusive condições de realizar tarefas domésticas para manter o bom funcionamento do lar, para, então, a classe emancipar-se como um todo.

Ainda que tais abordagens sejam limitadas nos dias de hoje, elas reforçaram o argumento de que, quando se pensa em termos de coletivização, o antagonismo entre identidade

vs. diferença é falso, já que as perspectivas se complementam para compor o discurso em benefício do grupo, sem perder de vista as opressões interseccionais.

Considerações finais

A mulher, na construção da Era moderna, foi concebida como o outro do homem, tendo lhe sido negada sua constituição como indivíduo. O reconhecimento da identidade como um lugar de posições múltiplas e variáveis dentro do campo social (Costa, 2002) leva, por isso, à guisa da conclusão de que se, por um lado, há a necessidade de um agenciamento coletivo por parte das mulheres, por outro, há a inevitabilidade da ambivalência entre princípios de negatividade ou positividade que levem essas mulheres à ação.

A grande contribuição do retorno às clássicas é perceber que essa ambivalência pode ser útil ao feminismo, já que sua força política deve-se ao fato de que tal projeto tem sido, por um lado, sua construção com base na materialidade das experiências que as mulheres têm do social, e, por outro, por submeter essas experiências ao escrutínio teórico-crítico (Costa, 2002).

As condições de possibilidade de emancipação feminina, que autorizam uma política e prática feminista, derivam das positivities e também das negatividades inerentes à posição interseccional e estrategicamente informada que seu sujeito ocupa tanto na teoria quanto na prática das lutas mais amplas (Costa, 2002). A materialidade no discurso das feministas clássicas condiz com a perspectiva de um agir constantemente reativado por uma emancipação conjunta. Trata-se de pensar as mulheres como grupo social que efetiva e re-efetiva sua base ontológica estrategicamente, em conformidade com o que lhe é representado e em contraponto ao que lhe é imposto pela dominação secular, analisada de forma material. Essa chave auxilia a escapar da armadilha dos binarismos identitários, da sedução aos apelos pós-modernos e do conceito de um grupo isolado das múltiplas opressões interconectadas.

Nicole Midori Korus é mestranda em Teoria e Filosofia do Direito no PPGD-UERJ.
Contato: nicolekorus@hotmail.com

Referências bibliográficas

- ARAUJO, Maria de Fátima. (2005) Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52.
- BEAUVOIR, Simone de. (1970) *O segundo sexo. Volume I. Fatos e Mitos*. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. Tradução de Sérgio Milliet.
- CASTELLS, Manuel. (1999) *A era da informação: economia, sociedade e cultura – volume II: O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- COSTA, Claudia de Lima. (2002) O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 19, p. 59-90.
- DAVIS, Angela. (2016) *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução Heci Regina Candiani – 1. Ed. São Paulo: Boitempo Editorial.
- FROTA, Maria Helena de Paula. (2012). “Igualdade/diferença: o paradoxo da cidadania feminina segundo Joan Scott”. In: *O público e o privado* - Nº 19 - Janeiro/Junho - 2012, pp. 43-58.
- ENGELS, Friedrich. (1985) *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GOUGES, Olympe de. (2008) “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/arquivo/socialismo-em-discussao/%E2%80%9Cdeclaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada%E2%80%9D>. Acesso em 17/06/2017.
- HITA, Maria Gabriela. (1998) Gênero, ação e sistema: a reinvenção dos sujeitos. *Lua Nova*, São Paulo, n.43, p.109-130.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2015) Mary Wollstonecraft e as origens do feminismo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/27/mary-wollstonecraft-e-as-origens-do-feminismo/>. Acesso em 14/06/2017.
- MILL, Harriet Taylor, (1970) “Enfranchisement of women”. In: MILL, Harriet Taylor, MILL, John Stuart. *Essays on sex equality*, Chicago: The University of Chicago Press. Pp. 91-121.
- SCOTT, Joan W. (2005) O enigma da igualdade. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30,
- SCOTT, Joan W. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.
- SCOTT, Joan W. (1989) French Feminists and the Right of ‘Man’: Olympe de Gouges’ Declaration. *History Workshop*. No. 28 (Autumn, 1989), pp. 1-21. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4288921?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em:

17/06/2017.

TAYLOR, Barbara. (1999) Feminism and the Enlightenment: 1650-1850. *History Workshop Journal*, No. 47, pp. 261-27

TRISTÁN, Flora. (2008) *The worker's union*. Urbana, University of Illinois Press.

TRUTH, Sojourner. (1781) “E não sou uma mulher?” Tradução: Osmundo Pinho.

Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/196229620/E-nao-sou-uma-mulher>. Acesso em 15/06/2017.

WOLLSTONECRAFT, Mary. (2015) *Reivindicação dos direitos das mulheres: O Primeiro Grito Feminista*. 1ª Ed. Edipro.

ZETKIN, Clara (1896). Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo sairá vitorioso. Clara Zetkin: Escritos Seleccionados, ed. Foner. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>. Acesso em 15/06/2017.

AS EDITORAS:**Marcia Rangel Candido**

Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-Uerj), pesquisadora associada do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) e do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP).

contato: marciarangelcandido@gmail.com

Veronica Toste Daflon

Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-Uerj) e mestre em Sociologia pelo IUPERJ. É bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA, IFCS-UFRJ). Atua como pesquisadora associada do Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (NESEG, IFCS-UFRJ) e do Global Race Project

contato: veronicatoste@gmail.com

ASSISTENTE EDITORIAL:**Mariane Silva Reghim**

Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-Uerj). É pesquisadora do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL). contato: marianesreghim@gmail.com

ARTISTAS GRÁFICAS:**Ana Bolshaw**

Mestranda em Design na PUC-Rio, em que pesquisa identidade visual de cidades. É graduada em Comunicação Social com habilitação em Cinema na mesma instituição.

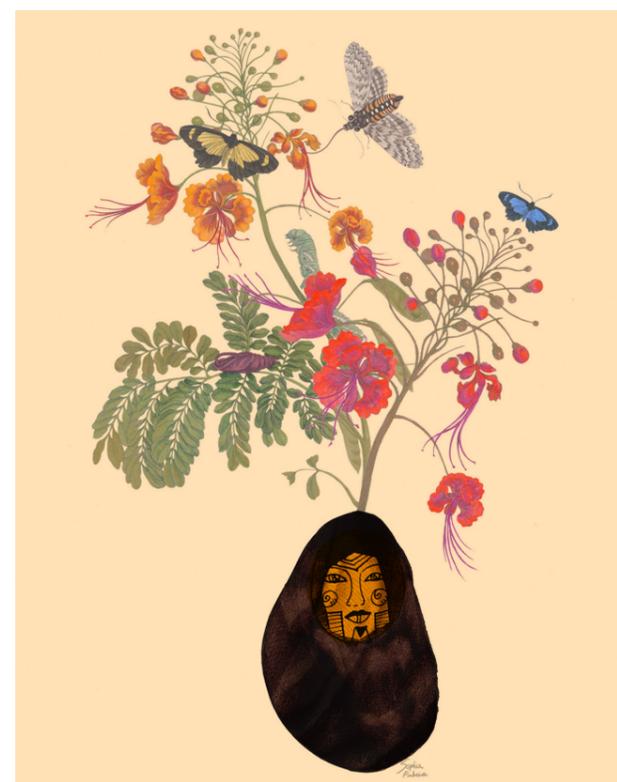
contato: anabolshaw@gmail.com

www.anabolshaw.com

Sophia Pinheiro

Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG). É graduada em Artes Visuais e bacharel em Design Gráfico pela mesma universidade. Atua como pensadora visual, interessada nas poéticas e políticas visuais, gênero, processos de criação, na antropologia e/da arte, culturas e representações das imagens.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3686998218403865>

**sobre a capa:**

Para essa primeira publicação, o conceito da capa para Clássicas foi o de desabrochar uma semente, assim como o livro é.

Uma semente que vai germinar e florir para xs leitorxs e também para as futuras edições da coleção com mais mulheres teóricas.

Assim como nos ensina Cora Coralina: “eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores”.

As mulheres que estão aqui rompem as sementes. Que as ideias cresçam e floresçam nesse mundo cada vez mais temeroso.

acompanhe no youtube o **Sobre Elas** (www.youtube.com/sobreelas), dirigido por Emy Lobo, o canal veicula inúmeras entrevistas com mulheres, além de apresentar uma série de curtas com pesquisadoras sobre autoras clássicas.

